

CONTRATO DE CESSÃO DE USO NÃO ONEROSA Nº 02/2018/00-EMAP

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A **EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA-EMAP** E A **AGÊNCIA ESTADUAL DE MOBILIDADE URBANA E SERVIÇOS PÚBLICOS - MOB**, PARA A CESSÃO DE USO NÃO ONEROSA DA SALA 01 COM 16,74M² (DEZESSEIS VÍRGULA SETENTA E QUATRO METROS QUADRADOS) PARA INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS NO TERMINAL DA PONTA DA ESPERA EM SÃO LUÍS - MA.

A Empresa Maranhense de Administração Portuária - **EMAP**, empresa pública estadual, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 03.650.060/0001-48, Inscrição Estadual nº 12.180.031-8, criada pela Lei Estadual nº 7.225, de 31 de agosto de 1998, vinculada à Secretaria de Estado de Indústria e Comércio – **SEINC**, com sede no Porto do Itaqui, São Luís - Maranhão, daqui por diante denominada **EMAP**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **Eduardo de Carvalho Lago Filho**, inscrito no CPF sob o nº 013.769.717-12 e RG sob o nº 0344113520075 SESP MA, e por seu Diretor de Planejamento e Desenvolvimento, Sr. **Jailson Macedo Feitosa Luz**, inscrito no CPF sob o nº 354.583.563-49 e RG sob o nº 0172992720010 SSP/MA, doravante denominada “**CEDENTE**”, e de outro lado a **Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos – MOB**, autarquia estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 08.578.592/0001-35, com sede nesta Capital, Rua Chapadinha, nº 03, Quadra 41, Edifício Caracas, 1º Andar, Quintas do Calhau, representada por seu Presidente, o Sr. **Lawrence Melo Pereira**, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF sob o nº 021647884-78 e RG de nº 522277969 SSP-MA, doravante denominada “**CESSIONÁRIA**”, têm entre si, ajustado o presente **Contrato de Cessão de Uso Não Onerosa**, cuja lavratura foi regularmente autorizada pelo Presidente da **EMAP**, conforme consta do Processo Administrativo nº 913/2018-EMAP, de 12/06/2018 que a este integram, independentemente de transcrição, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 8.666/93 e às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

É objeto do presente contrato a cessão de uso não onerosa da sala 01 com 16,74m² (dezesseis vírgula setenta e quatro metros quadrados) para instalações administrativas no Terminal da Ponta da Espera em São Luís - MA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Toda e qualquer alteração da cessão de uso não onerosa somente poderá ser executada mediante aprovação prévia por parte da **EMAP**, devendo ser efetivada por meio de Instrumento Aditivo ao Contrato.



PARÁGRAFO SEGUNDO

Integram este Instrumento, independentemente de transcrição, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 12.815/2013, a Resolução Normativa nº 7 e 3274 da ANTAQ, normas e portarias internas da EMAP demais anexos presentes no Processo Administrativo nº 913/2018 e a legislação complementar, que a CESSIONÁRIA, desde já, aceita e declara conhecer.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo da cessão de uso não onerosa será de **05 (cinco) anos**, contado a partir da data de ocupação expressa do objeto deste Contrato, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES

Para cumprimento do estabelecido na Cláusula Primeira deste Contrato, constituem obrigações:

I - DA CESSIONÁRIA:

- a) Fixar e manter em local visível placa alusiva à entidade;
- b) Observar e cumprir o regulamento de exploração do Porto, as instruções, ordens e avisos expedidos pela CEDENTE no que tange a execução da presente Cessão de Uso Não Onerosa e utilização da área e instalações;
- c) Assumir a responsabilidade da administração da área e instalação objeto deste Termo, sendo seu ônus pelo custeio de todos os recursos materiais e humanos, água e esgoto, força e luz, limpeza conservação e vigilância da área;
- d) Assumir o ônus das taxas e dos impostos municipais, estaduais e federais, pagando-os, pontualmente, inclusive as contribuições incidentes sobre as diversas formas de exploração comercial das atividades objeto desta Cessão de Uso Não Onerosa;
- e) Obter as licenças e permissões que condicionam o início da execução de obras, fornecendo à CEDENTE, cópia de documentos;
- f) Adotar medidas necessárias e ações adequadas para evitar, fazer cessar, mitigar ou compensar geração de danos ao meio ambiente, causados em decorrência do desenvolvimento de suas atividades, observada a legislação aplicável e as recomendações para o setor
- g) Zelar para que os serviços se desenvolvam com segurança e respeito ao meio ambiente;



AUTORIDADE PORTUÁRIA

- h) Apresentar autorização para perfuração de poço/outorga para monitoramento de água subterrânea e quaisquer outras documentações exigidas pelo órgão ambiental competente para realização da atividade;
- i) Apresentar comprovação de Conselho de Classe atualizado e adimplente do profissional responsável pela execução do objeto do contrato;
- j) Executar os serviços constantes do objeto em conformidade com as normas e especificações técnicas vigentes nas NRs e com instruções emitidas pela FISCALIZAÇÃO e normas constantes do Caderno de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da EMAP, com o respectivo planejamento e todos os procedimentos internos inerentes às atividade específicas a serem executadas;
- k) Fornecer os equipamentos de segurança individuais (EPI's) e equipamentos de proteção coletiva (EPC's) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco, a todos os profissionais que executarão o objeto deste contrato;
- l) Responder perante à CEDENTE e terceiros pela cobertura de riscos e acidentes de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços contratados, como estabelecidos na Lei nº 9.579/12, art. 87, inciso I, II, e III;
- m) Apresentar gestor ou preposto para a execução dos serviços objeto do contrato, indicando à FISCALIZAÇÃO os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica, como previsto na Lei nº 9.579/12, art. 86, ao qual lhe compete: Coordenar as relações da empresa com o gestor do contrato; Receber as notificações do gestor do contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade;
- n) Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários, fiscais e comerciais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salário, seguro de acidentes, taxas, contribuições, indenizações, vales transportes, vale refeição e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo ou vantagens decorrentes de convenção coletiva, conforme Lei nº 9.579/12, art. 86, inciso III, resultantes da execução do objeto do contrato;
- o) Comunicar a fiscalização da EMAP qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- p) Atender à intimação para regularizar a utilização da área;
- q) A CESSIONÁRIA fica obrigada a afastar dos serviços da utilização do objeto do presente contrato, e a não relovar na mencionada área, qualquer empregado seu, cuja atuação se

tenha tornado nociva ou inconveniente, não advindo com tal afastamento responsabilidade de qualquer natureza para a CEDENTE;

- r) As avarias provocadas nas instalações serão resarcidas mediante restauração do dano, pela CESSIONÁRIA, dentro do prazo estabelecido pela CEDENTE;
- s) A CESSIONÁRIA se obriga na condução das suas operações, ao rigoroso cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, mormente as referentes a acidentes de trabalho;
- t) A CESSIONÁRIA, conforme acordado, realizará às suas despesas, a limpeza e manutenção da área aqui tratada, sem ônus à CEDENTE;
- u) Os investimentos vinculados ao contrato de cessão de uso não onerosa deverão correr exclusivamente a expensas da Cessionária, com anuênciia prévia da Administração do Porto, sem direito a qualquer indenização.

II - DA EMAP:

- a) Cumprir e fazer cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) Prestar à CESSIONÁRIA todos os esclarecimentos, e fornecer todas as informações e documentos necessários acerca do objeto deste contrato;
- c) Orientar, coordenar e supervisionar a implantação das ações objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – RESPONSABILIDADE

A CESSIONÁRIA assume total responsabilidade pelo cumprimento das Cláusulas e condições deste Contrato, respondendo perante à EMAP e terceiros pela cobertura dos riscos e acidentes de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos mesmos.

PARÁGRAFO ÚNICO

As licenças para execução de seus serviços, dependentes de quaisquer autoridades Federais, Estaduais e/ou Municipais, correrão por conta e risco exclusivo da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A cessão onerosa da área objeto deste Contrato será fiscalizada pelo Sr. **Carlos Gustavo Ribeiro Souto Santos, Coordenador de Contratos de Fiscalização – CCOFI**, daqui por diante denominada simplesmente "Fiscalização", independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços, que venham a ser determinados pela EMAP, a seu exclusivo juízo, podendo ser substituído pelo Sra. Nathalia

Dutra de Freiras, Assessora Administrativa da Gerência de Contratos e Arrendamentos em seu impedimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Fiscalização de que trata o "caput" desta Cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CESSIONÁRIA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da EMAP, dos seus empregados, prepostos ou contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Todas as instruções, reclamações e, em geral, quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a Cessionária, serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A CESSIONÁRIA manterá sempre um preposto para as tratativas e para resolver as questões que surgirem durante a execução deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

Sem prejuízo de qualquer outra disposição do presente Contrato, o mesmo poderá ser rescindido pela EMAP, judicial ou extrajudicialmente, independentemente de qualquer notificação, quando da ocorrência de um dos seguintes casos:

- a) se o presente Contrato for transferido a outrem, no todo ou em parte, sem a prévia autorização da EMAP.
- b) se a Cessionária impedir ou dificultar a ação fiscalizadora da EMAP.
- c) se a Cessionária deixar de cumprir quaisquer das Cláusulas do presente Contrato;
- d) atraso injustificado no início da ocupação da área cedida;
- h) Demais motivos previstos nos incisos I a XVII, e parágrafo único, do Art. 78, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Se a rescisão deste Contrato provocar prejuízos e/ou danos diretos à EMAP, promoverá esta, a responsabilidade da CESSIONÁRIA, visando o seu respectivo resarcimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Fica estabelecido que a cobrança de quaisquer importâncias devidas pela CESSIONÁRIA à EMAP será feita por meio de processo de execução.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Se a EMAP julgar necessário rescindir o presente Contrato, não tendo a CESSIONÁRIA dado causa à rescisão, poderá fazê-lo mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

Não será permitido à CESSIONÁRIA sublocar ou emprestar a área e as instalações, no todo ou em parte, ou ceder direitos e obrigações derivados do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA DEVOLUÇÃO DA ÁREA

Decorrido o prazo de vigência, ou rescindido o Contrato de pleno direito, ou por interesse da EMAP, a CESSIONÁRIA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para retirar-se do local.

CLÁUSULA NONA – DA REVERSÃO

No término do Contrato ou na rescisão do mesmo, os bens aplicados na área pela CESSIONÁRIA, as benfeitorias úteis e necessárias reverterão ao patrimônio da União Federal, legítima proprietária da área administrada pela EMAP, independentemente de indenização, conforme estabelecido no Art. 4º, VI da Lei nº 12.815/2013 e Resolução nº 2240/2011 da ANTAQ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para efeito da reversão de que trata o parágrafo anterior, considerar-se-ão como bens aplicados as benfeitorias inamovíveis implantadas na área pela CESSIONÁRIA, e identificadas pela EMAP.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Qualquer obra ou benfeitoria que necessite ser realizada na estrutura do objeto deste Contrato deverá ser previamente comunicada pela CESSIONÁRIA à EMAP, a fim de obter sua aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Contrato, no "Diário Oficial" será providenciada pela EMAP, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A CESSIONÁRIA não poderá transferir a outrem o todo ou parte do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da EMAP.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deverão ser resolvidos entre as partes contratantes e constituirão objeto de Termo Aditivo ao presente Contrato, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Contrato é regido pela Lei nº 8.666/93, pela Lei nº 12.815/13 e pelas Resoluções da ANTAQ, inclusive a Resolução nº 2240/2011.

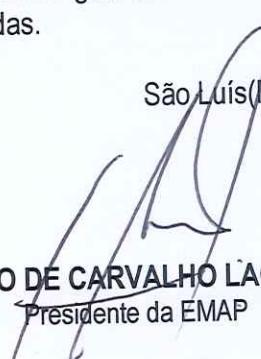
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

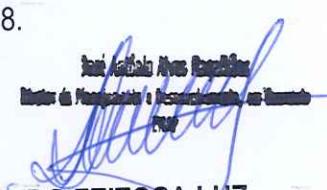
Fica eleito o Foro da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato de Cessão de Uso Não Onerosa, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

São Luís(MA), 31 de setembro de 2018.

Jailson Alves Figueiredo
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da MOB

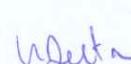

EDUARDO DE CARVALHO LAGO FILHO
Presidente da EMAP


JAILSON MACEDO FEITOSA LUZ
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento
EMAP


LAWRENCE MELO PEREIRA
Presidente da MOB


Antonio José G.M. de Figueiredo
Coordenador de Operações
Aeroportuárias e Aquaviárias-MOB
Matrícula 00850778

TESTEMUNHAS:

Pela EMAP: 
CPF nº: 048 738 563-29

Pela CONTRATADA:
CPF nº: 288 372 587-04



AUTORIDADE PORTUÁRIA

Portaria nº 448/2015 – PRE

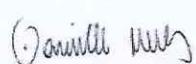
O Presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XII do art. 19, combinado com os parágrafos 5º e 7º do art. 14 do Estatuto Social da Empresa;

RESOLVE:

I – Designar o Diretor de Operações Portuárias, **JOSÉ ANTÔNIO ALVES MAGALHÃES**, e em sua ausência, o Diretor de Engenharia e Manutenção, **JOSÉ EUGÊNIO MENDONÇA DE ARAÚJO CAVALCANTE**, para responder sobre os atos inerentes à gestão do Diretor de Planejamento e Desenvolvimento, **JAILSON MACEDO FEITOSA LUZ**, no exercício das respectivas funções, em suas ausências e impedimentos.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

São Luís, 09 de dezembro de 2015.


Danielle Camara Fernandes Nunes
Presidente da EMAP, em Exercício


Eugenio Mendonça Cavalcante
Diretor de Eng. e Manutenção
EMAP


Jailson Macedo F. Luz
Diretor de Planejamento
e Desenvolvimento
DPD/EMAP



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 54/2018

Processo: 2018/15524
OBJETO: Aquisição de Material Permanente - ODONTOLÓGICOS destinados as Unidades de Saúde: Centro de Recuperação Regional de Abacatuba; Presídio Estadual Metropolitano I, Centro de Recuperação Penitenciário do Pará II, Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III, Central de Triagem Metropolitano IV, Centro Regional de Paragominas, Unidade de Saúde de Americano (anexo HGP), Central de Triagem Metropolitano II, Central de Triagem Metropolitano III, Centro de Detenção Provisória de Icoaraci, Centro de Recuperação Regional de Castanhal, Centro de Recuperação do Coqueiro, Centro de Recuperação Regional de Salinópolis e Centro de Recuperação Regional de Vitoria do Xingu, todos pertencentes ao Sistema Penitenciário do Estado do Pará.
 Entrega do Edital: O Edital encontra-se acessível nos sites: www.comprasnet.gov.br, br.www.compraspara.gov.br e www.susipe.pa.gov.br

Responsável pelo certame: Gabriela Assunção Barros
 Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
 Data da Abertura: 17/10/2018
 Hora da Abertura: 09h. (Horário de Brasília)
 Orçamento: Programa de Trabalho: 03.421.1425.7566
 Natureza da Despesa: 449052
 Fone do Recurso: 0270000000 / 0670000000
 Origem do Recurso: Federal

Belém-PA, 3 de outubro de 2018.
MICHELL MENDES DURANS DA SILVA
 Superintendente do Sistema Penitenciário

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

EXTRATOS DE CONTRATOS

SANEPAR COMUNICA OS EXTRATOS DE CONTRATOS EMITIDOS ATÉ 10/09/2018
Processo: LICITAÇÃO N°. 182/18
Objeto: Contratação de serviços socioambientais no município de São José dos Pinhais, conforme detalhado nos anexos do edital. Empresa: Painel Pesquisas, Consultoria E Publicidade Ltda. Ordem de Serviço: 300413, Contrato: 31792, Valor: R\$ 484.870,00. Prazo Vigente: 730 Dias. Assinatura: 29/08/2018.

Processo: LICITAÇÃO N°. 190/18
Objeto: Elaboração de projeto de engenharia e complementares para captação superficial no rio dourados para o sistema de abastecimento de água do município de Mandaguari, conforme detalhado nos anexos do edital. Empresa: Cism Engenharia Consultores Ltda. Ordem de Serviço: 301025, Contrato: 31886, Valor: R\$ 398.000,00. Prazo Vigente: 330 Dias. Assinatura: 17/09/2018.

Processo: LICITAÇÃO N°. 191/18
Objeto: Execução de obras de melhorias do sistema de abastecimento de água do município de União da Vitória, com fornecimento total de materiais e equipamentos, conforme detalhado nos anexos do edital. Empresa: SEP Engenharia Elétrica R\$ Eirel. Ordem de Serviço: 300446, Contrato: 31801, Valor: R\$ 849.000,00. Prazo Vigente: 300 Dias. Assinatura: 30/08/2018.

Processo: LICITAÇÃO N°. 240/18
Objeto: Execução de obras de ampliação do sistema de esgoto sanitário do município de Medianeira, com fornecimento total de materiais e equipamentos, conforme detalhado nos anexos do edital. Empresa: Construtora Bertoncilo Ltda. Ordem de Serviço: 300444, Contrato: 31799, Valor: R\$ 5.928.000,00, Prazo Vigente: 450 Dias. Assinatura: 05/09/2018.

Processo: LICITAÇÃO N°. 249/18
Objeto: Execução de obras de ampliação do sistema de abastecimento de água do município de São José dos Pinhais, com fornecimento total de materiais e equipamentos, conforme detalhado nos anexos do edital. Empresa: Silesa Saneamento Ltda. Ordem de Serviço: 300445, Contrato: 31800, Valor: R\$ 707.000,00, Prazo Vigente: 120 Dias. Assinatura: 03/09/2018.

Processo: LICITAÇÃO N°. 273/18
Objeto: Lote Único = Contratação de serviços de elaboração de levantamentos fitossociológicos/ inventários florestais para o processo de licenciamento ambiental para as obras de ampliação ou implantação dos sistemas de esgoto sanitários dos municípios: Unidade 1 = Cafelândia, Unidade 2 = Santa Izabel do Oeste.